

Rodrigo Cardoso Freitas

DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PRIVADA INDIRETA

**Os Direitos de Posse,
Propriedade e Moradia**

Curitiba
Juruá Editora
2017

11 3333 3333

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 A FUNDAMENTALIDADE DA POSSE E A SUA QUALIFICAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	23
1.1 A Atual Compreensão da Posse como um Direito Fundamental	25
1.2 O Cumprimento da Função Socioambiental como Exigência do Estado Democrático de Direito.....	45
1.3 A Função Socioambiental como Elemento Interno da Posse, Exigida pelo Ordenamento Constitucional Brasileiro	63
1.4 A Posse Qualificada Objetivamente pelo Cumprimento da Função Socioambiental	80
Capítulo 2 A FUNDAMENTALIDADE DA PROPRIEDADE E DA MORADIA, PERMEADA PELA MÁXIMA DA PROPORCIONALIDADE E PELA TÉCNICA DA PONDERAÇÃO.....	93
2.1 A Proteção Constitucional do Direito de Propriedade (Funcional)..	94
2.2 A Fundamentalidade do Direito de Propriedade e do Direito à Propriedade.....	116
2.3 A Fundamentalidade do Direito à Moradia e do Direito de Moradia.....	138
2.4 A Aplicação da Máxima da Proporcionalidade e da Técnica da Ponderação	152
Capítulo 3 A AFETAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DECORRENTE DA CONSOLIDAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA QUE CONCRETIZA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE POSSE, PROPRIEDADE E MORADIA	171

3.1	A Afetação da Propriedade Privada pelo Interesse Social como Condição Essencial para a Solução da Colisão dos Princípios	172
3.2	A Consolidação da Situação Fática Capaz de Provocar a Afetação da Propriedade Privada ao Interesse Social	194
3.3	A Visão dos Tribunais sobre a Posse Qualificada pela Função Socioambiental, Responsável pela Consolidação de Situações Fáticas.....	205
3.4	A Desapropriação Indireta Decorrente da Afetação da Propriedade e, Consequentemente, do Fato Consumado	216
Capítulo 4	A DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PRIVADA INSTITUÍDA EM PROL DA CONCRETUDE DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	235
4.1	A Desapropriação Judicial Privada decorrente da Realização de Obras e Serviços de Interesse Social e Econômico Relevante	236
4.2	A Desapropriação Privada Decorrente da Relativização do Princípio do <i>Accessio Cedit Principali</i>	255
4.3	A Desapropriação Judicial Decorrente de Atividade Nociva e em prol do Interesse Público	263
4.4	As Desapropriações Judiciais Privadas como Instrumentos para a Concretude de Direitos Fundamentais	275
Capítulo 5	A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA DESAPROPRIAÇÃO PRIVADA INDIRETA, DECORRENTE DA AFETAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL	283
5.1	Reapresentação do Problema	283
5.2	A Singularidade dos Conflitos Expostos nos Julgados Envolvendo a Colisão dos Direitos Fundamentais de Posse, Propriedade e Moradia.....	287
5.3	As Circunstâncias Fáticas e Jurídicas que Identificam Critérios Mínimos para a Desapropriação Privada Indireta.....	304
5.4	A Possibilidade do Reconhecimento da Desapropriação Privada Indireta Decorrente da Afetação por Interesse Social	309
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	327
	REFERÊNCIAS	331
	ÍNDICE ALFABÉTICO	349